



Canonicidade na história do pensamento geográfico: o que escolhemos não escolher

Everton Santos Lima¹
USP

Resumo. A ciência geográfica, como toda ciência, é construída sobre a quebra de paradigmas e a troca de teses e modos de enxergar o mundo e seus fenômenos. Porém, tendemos a superiorizar determinadas linhagens textuais às outras. Nas quebras paradigmáticas a geografia tende a “enterrar” determinados autores e determinadas obras, porém deve-se compreender que isso não é um movimento necessário. Autores, escanteados pelo hegemônico estado da arte na Geografia, ainda são potentes para explicar momentos da realidade vivida atualmente. A canonicidade é esse processo de “esquecimento” que alguns autores/obras sofrem no decorrer da história do pensamento geográfico, portanto, o presente trabalho busca discutir esses termos e os motivos de pôr que esses autores são colocados nessa posição, seja pela troca de paradigma de forma orgânica, seja pela substituição da ordem de capital social dominante, pela falta de acesso às obras ou pelas simplificações e estigmatizações que eles recebem.

Palavras-chave: canonicidade; história do pensamento geográfico; paradigma geográfico

CANONICITY IN THE HISTORY OF GEOGRAPHIC THOUGHT: WHAT WE CHOOSE NOT TO CHOOSE

Abstract. Geographic science, like all science, is built on breaking paradigms and exchanging theses and ways of seeing the world and its phenomena. However, we tend to superiorize certain textual lineages to others. In the paradigm shifts, geography tends to bury certain authors and certain works, but it must be understood that this is not a necessary movement. Several authors superimposed by the geographic state of the art are still powerful to explain moments of the reality currently experienced. Canonicity is this process of “forgetting” that some authors/works suffer in the course of the history of geographical thought, therefore, the present work seeks to discuss these terms and the reasons for putting these authors in this position, either by changing the paradigm in an organic way, either by replacing the dominant social capital order, by the lack of access to works or by the simplifications and stigmatizations they receive.

¹ Mestrando em Geografia Política, planejamento e recursos naturais – USP. evertons.lima@usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4960-6532>

Keywords: canonicity; history of geographical thought; geographical paradigm

Cânone

A palavra cânon, segundo o Dicionário Online de Português², é descrita como um substantivo masculino que designa um “decreto, regra que diz respeito à fé, à disciplina religiosa” ou “regra, modelo a ser seguido”. A ideia de canonicidade está atrelada, nesse sentido, àquilo que se gruda nas paredes históricas de uma ritualidade, ou seja, um modelo de regra que serve para contar a historicidade de um objeto. A regra se dá na rigurosidade que os ritos possuem em suas representações. Assim como atingir a perna de um jogador que corre com a bola é uma infração às regras do futebol, tomar determinados caminhos para explicar fenômenos e estruturas é um rompimento de linhagem com a mesma. Regra tem a ver com a manutenção de um *status quo* em regimento. Entretanto, de pouco nos serve a definição clássica de cânon, o que virá a ser abordado no presente texto é a definição utilizada pelos trabalhos de Ribeiro (2020; 2021) e Keighren et al (2012).

Quando falamos da historicidade de uma ciência nos atentamos aos diversos momentos de quebras e trocas de paradigmas existentes na mesma. A ciência possui, em seu âmago, nessa perspectiva, a busca pela novidade, pela melhor forma de explicar os fenômenos e acontecimentos do mundo. Nas ciências sociais não é diferente, buscamos sempre explicar os acontecimentos da realidade que nos cerca enxergando os fundamentos dos porquês. Kuhn (2017) descreve como acontece essa sobreposição de momentos: quando um método não mais é o suficiente para explicar a faticidade dos acontecimentos e fenômenos e outras formas de enxergar esses processos começam a atrair melhores explicações o paradigma desatualizado tende a ser submetido a uma troca, porém essa mudança não é instantânea, ela não ocorre como um raio que atinge uma árvore e, automaticamente, a carboniza. A troca de paradigma está sujeita ao corpo de capital cultural e simbólico que ele carrega. O capital simbólico está atribuído ao valor de reconhecimento que determinada forma carrega consigo nas trocas sociais que a envolvem e que se endereçam à construção de um *habitus*. (Bourdieu, 2004). O que buscamos direcionar com tais apontamentos? Bem, o capital simbólico pode se calcificar na figura de um autor que desembolsa uma determinada forma de enxergar o mundo e, quando surgem outras maneiras de enxergar esse mesmo mundo que compreende a obra desse autor, ele se mantém tão apregoadado a tábua do conhecimento que sua obra resiste à mudança e pode, ou não, manter sua posição dentro do tema.

² Disponível em: <https://www.dicio.com.br/canon/>. Acesso em: 21 de Novembro de 2022.

O *habitus* da sociologia bourdieusiana tem fortes heranças do estruturalismo de Lévi-Strauss e, por estruturalismo, o próprio autor, com suas palavras, define:

“Por estruturalismo, ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. —, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações” (Bourdieu, 2004, p. 149).

Essas estruturas objetivas, que fogem à consciência e à vontade, determinam ritos sociais que as cercam e, conseqüentemente, desenvolvem ritualidades que os corpos sociais reproduzem. Portanto, *habitus* não é uma incorporação livre do sujeito sobre um rito, é uma calcificação histórico-cultural de um modo de agir sobre determinado contexto. Essa ideia de calcificação que leva a reprodução é comentada pelo autor (Ibidem. p. 150), de forma irônica, acerca de sua classificação, hora como estruturalista, outra como construtivista, classificações essas determinadas pelos olhos de quem analisa sua obra, sobre determinado contexto e linhagem textual.

Pois bem, a ideia de cânone traçada no presente trabalho tem mais a coadunar com os pressupostos bourdieusianos do que com o conceito presente na língua portuguesa. O cânon é, porém, o avesso da linhagem textual dominante, do ponto de vista dos autores que ancoram este artigo, para eles o cânon é aquilo que é varrido para baixo do tapete, aquilo que é esquecido de forma consciente, ou não. Existe uma linhagem textual dominante e as produções que se tornam de menor valor teórico para o estado da arte hegemônico, esses são os cânones.

Como surge um cânone e a sua geopolítica

Dito isso, nos direcionaremos a forma como a canonicidade age na ciência geográfica. O capital social alocado sobre um autor, uma obra, ou um grupo de pensadores, como a escola de Frankfurt³ ou os situacionistas⁴, por exemplo, determinam uma estaca fincada na história do pensamento que crava um momento de inflexão do mesmo. A colocação desses autores como baluartes de um movimento não

³ Grupo de pensadores da teoria social e filosofia que estavam ligados às pesquisas sociais da Universidade de Frankfurt, Alemanha. Entre os nomes estão: Adorno, Horkheimer, Marcuse, Walter Benjamin, Habermas etc.

⁴ Movimento internacional político-artístico fundado por Guy Debord, Asger Jorn e Piero Simondo.

é feita em vão, ela está balizada na capacidade dos mesmos em aglutinar o *zeitgeist*⁵ e transformá-lo em obras que levam entendimento as formas e conteúdos daquela realidade, que podem, ou não, transbordar e serem úteis a explicar fenômenos futuros também. Na Geografia a canonicidade pode ser dada em autores, que em determinado momento, dispuseram desse capital social que os colocavam numa posição confortável de centralidade dos estudos, porém, com o peso da direção histórica que a ciência tomou eles foram escanteados, e inverteram sua colocação central na consagração social acadêmica do meio. A mesma geografia quantitativa que, como Gould (1979) aponta, mudou a forma de enxergar o mundo e que os tradicionalistas não viram a ameaça, pois estavam muito apegados à forma, é a que Lacoste (1988) faz a crítica, em sua obra basilar, que desconstrói uma suposta neutralidade neopositivista da ciência e endereça a sua intencionalidade e utilitarismo do conjunto. Mas por que esses dois autores comungam para demonstrar o exemplo da canonicidade na ciência geográfica? A resposta se dá em outra autora, anterior ao movimento quantitativo, Ellen Semple (1863 – 1932).

Semple cristalizou um momento da ciência geográfica, nos primórdios do século XX. Os geógrafos estadunidenses estavam atrasados em comparação com as obras que vinham do velho continente e a geógrafa, após uma forte influência ratzeliana em uma viagem à Europa, voltou aos Estados Unidos e começou colocar os primeiros tijolos de sua produção acadêmica. Ela debruçou sua obra sobre dois temas centrais:

“Os dois temas fundamentais que marcaram as contribuições de Semple foram a reflexão sobre o papel que as condições geográficas exerceram no processo de desenvolvimento histórico dos EUA e a formalização de uma discussão epistemológica sobre a especificidade disciplinar” (Coscioni, 2018, p. 6).

Seus aprendizados, embebidos na obra de Ratzel, a fizeram enxergar como a antropogeografia podia ser uma chave explicativa aos entraves da ciência geográfica à época. Ela buscava colocar essa relação homem-ambiente no palco central da ciência geográfica, no cerne de sua especificidade. Semple

⁵ Termo em alemão para “espírito do tempo”, aqui contemplado como a ideia da materialidade cristalizada sobre os homens em sua época. Ou seja, a conjuntura material da realidade de determinado tempo histórico.

costurou a gênese de uma geografia estadunidense, não sozinha, é claro. Autores como Davis a precederam, mas ela marcou, indiscutivelmente, um momento desta ciência nos Estados Unidos da América. Existem críticas potentes sobre o darwinismo social que cercava o *zeitgeist* desse momento histórico e que gotejaram sobre as obras da geógrafa (Coscioni, 2018). Porém, aqui há de se questionar, por que

“Demorou apenas uma geração, por exemplo, para que Ellen Semple, na perspectiva de seus contemporâneos de profissão, deixasse de ser ‘a maior geógrafa’ para se tornar ‘bicho-papão’ de um conceito ligeiramente tolo que agora felizmente foi abandonado e esquecido” (Keighren, 2010, p. 170,174).

A obra de Semple está sujeita à críticas, inegável isso há de ser, e as críticas também devem ser estendidas a quaisquer produções acadêmicas que existam, porém, o que leva alguém a tocar o céu do capital cultural (da figura pessoal) e simbólico (acadêmico) e terminar no inferno do esquecimento canônico em tão pouco tempo? A isso se deve a canonicidade. O que Lacoste e Gould denunciaram era a ideia de que aquilo que não se mantém atual é varrido. A geografia quantitativa, assim como Semple, não resistiu a força do novo. Porém, o que deve ser indagado, é se esse elemento novo realmente suprime as lacunas deixadas pelas linhagens teóricas que ele suplanta, ou ele é apenas o fulgor de uma nova perspectiva, que na realidade não deve enterrar a anterior. Como assim? A Geografia e seus desdobramentos teóricos criam uma espécie de destruição criativa, ela suprime uma geração teórica em favor da nova, mas não necessariamente isso é algo benéfico, exemplo disso é o resgate da obra de Dardel (2019 [1952]), que voltou a ser perspectiva discutível num momento geográfico muito apartado de sua gênese de publicação.

Keighren et al (2012) descreve canonicidade como textos “que foram centrais na formação da disciplina, mas [...] não necessariamente continuam a falar de forma significativa com o presente” (p. 5). Em contraste, os clássicos seriam aqueles textos que se vestem de um lenço da imortalidade, atuais no

ontem e no hoje. Porém, aí entra a segunda questão, como se definem os cânones e os clássicos?

Existe uma geopolítica da adoção de linhas de pensamento em países e Ribeiro (2019; 2020) dispõe de dois promotores dessa inclinação de poder: colonialismo e ideologia.

Ribeiro (2019) discorre, acerca do projeto de colonização e dominação intelectual promulgado pelos franceses, inclusive Vidal de la Blache, a quem ele chama de “republicano, homem das letras e da ciência” (p. 2) e que defendia que essa forma de colonização seria capaz de “estabelecer laços morais” (p. 3), coisa que ele considerava fundamental. Por fim, o autor nos traz algo profundo a se pensar: “a propaganda ideológica do francês em espaços colonizados nos conscientiza de que a dimensão reacionária infiltrada no ensino sempre traz consigo seu germe libertário” (p. 4). Existe certo cinismo da ideologia colonizadora, ela exerce seus lemas positivistas e prega sua liberdade própria em troca do soerguimento de seu modo de pensar e agir sobre o solo nativo. A geografia francesa crava garras profundas na historicidade das ciências sociais no Brasil, em especial na Universidade de São Paulo (USP) (Arantes, 1994). Mais tarde, por volta dos anos 1960, pudemos acompanhar uma diferenciação na produção geográfica brasileira, de uma geografia francesa da USP e de uma *new geography* nos polos do IBGE, na então capital federal.

Se o fator colonial está dado, existe um segundo, o da ideologia. Durante a construção da história do pensamento geográfico, até os anos 1970 e o alvorecer de uma geografia marxista, podemos enxergar traços coloniais no sentido da dominação. Como Lacoste (1988) denuncia em sua obra, uma geografia nas mãos do Estado também pode significar uma geografia que sirva a opressão. O caso que o autor narra sobre a diferença de absorção do conceito de escala pelos guerrilheiros vietnamitas e os militares americanos demonstra como a geografia possui capacidade de dominar os povos, mas também de libertá-los. A inserção da *new geography*, ou geografia quantitativa, serviu para impor um espectro da matematicidade dura e do utilitarismo do espaço e o

movimento marxista surgiu denunciando essa tendência e propondo uma geografia da territorialidade, dos povos para a Terra.

Ideologia e colonialismo não são objetos estranhos, muito pelo contrário, costumam andar próximos. Essa geopolítica da produção do conhecimento geográfico possui materialidade, materialidade proposta pelos atores que a movem. O pós-Segunda guerra, período que criva a marca da *new geography* no corpo histórico da disciplina, demarca um momento de construção e reconstrução dos países, centralizada pela ação do Estado. Os países do capitalismo central, com certa exceção dos Estados Unidos, passavam pelo momento de reconstrução nacional e os países periféricos buscavam seu lugar no sistema-mundo da industrialização moderna. Esse movimento faz com que se destaquem os valores ideológicos fermentados no capitalismo central que se transportam ao mundo periférico. A geografia quantitativa dos institutos, como o IBGE, serviram aos projetos de desenvolvimento nacional, enquanto a linha histórica uspiana ficou fiel a seus valores francófonos. Duas faces de um mesmo processo de dominação, curioso isso é.

A aurora da geografia marxista brasileira possuía uma relação causal com os primeiros raios de sol da redemocratização, já que o passado repressivo a esses pensamentos oprimiu linhas teóricas desse tipo, como o que ocorreu na perseguição do teórico da teoria marxista da dependência, Ruy Mauro Marini. Os anos de regime militar começavam a recair sobre seu próprio peso e demonstrarem fraquezas devido aos ventos de mudança política mundial e a, finalmente, insustentabilidade de uma política ditatorial na América do Sul. É nesse momento que surgem obras como *Introdução à geografia: geografia e ideologia*, do historiador Néelson Werneck Sodré, *O que é Geografia*, de Ruy Moreira; e *Geografia: pequena história crítica*, de Antonio Carlos Robert Moraes” (Ribeiro, 2020). Porém, como Ribeiro (Ibidem) cita, já existia uma preocupação de Milton Santos acerca do caráter decolonial desse momento da geografia.

A geografia crítica tratorou o movimento da *new geography*, mas um fato interessante é narrado por Ribeiro (Ibidem). Christofolletti, um dos expoentes dessa geografia quantitativa no país, tentou usar da cola bourdieusiana-

focaultiana para prolongar a existência da sua linha teórica. O autor organizou alguns textos e os compilou numa obra chamada *Perspectivas da Geografia*. Seu objetivo era se agarrar ao seu capital social para manter sua obra relevante as linhas teóricas hegemônicas da ciência geográfica e, talvez, dar novo fôlego ao modelo da *new geography*. Tudo isso foi em vão.

Com o surgimento desse novo momento geográfico uma coisa também pode ser postulada como terreno complicado aos geógrafos, o reducionismo. É sabido os danos causados por Lucien Febvre à obra de Ratzel, que o colou ao estigma do determinismo geográfico (Antunes, 2021). Coisa parecida ocorreu na crítica de Lacoste à la Blache (Ribeiro, 2020). A vontade da crítica não pode ser confundida com a estigmatização da obra geral. Assim como Ratzel se colou ao determinismo, la Blache ao possibilismo e Sample ao darwinismo social, não podemos achar que suas produções se findam nesses reducionismos. Isso até mesmo se faz curioso. Como já supracitado, Semple obteve uma forte influência ratzeliana em suas viagens à Europa, então por que eles estariam estigmatizados por adjetivos diferentes? O *lebensraum* ratzeliano é fruto de um darwinismo social, sobre a égide do Estado, tanto quanto as passagens que Coscioni (2018) destaca nos escritos da autora norte-americana. Esse fator estigmatizante pode não condensar uma realidade, mas apenas uma interpretação de quem o coloca. O problema é que ele deixa resquícios duradouros e potentes nas veias da história da disciplina.

A herança maldita do reducionismo

Existe uma sabida dificuldade de acesso a certas obras fundamentais do passado da geografia. Antunes (2021) aponta que obras centrais do pensamento de Ratzel, como sua *Antropogeografia*, de 1891, e *Völkerkunde*, de 1895, não possuem traduções integrais. Isso se repete até mesmo com autores consagrados nos dias de hoje, mas que não têm seus trabalhos presentes em edições brasileiras, como Lefebvre e seu *magnum opus* em três volumes: a crítica da vida cotidiana. Como podemos tirar os estigmas de produções que

foram seladas no simplismo de autores que postaram críticas errôneas, descompensadas ou presas a um *zeitgeist* que sucumbiu? É claro que existe um papel do pesquisador, que tateia a esses temas buscando as fontes primárias, em sua língua original, e faz esse movimento de pesquisa profunda. Entretanto, o estigma não se apresenta de forma mais pulsante a esse pesquisador, mas sim aos estudantes de graduação, aos pesquisadores que apenas precisam de momentos de citação mais pragmática, aos curiosos etc.

O processo de ida aos cânones é um movimento fundamental que tem duas potencialidades. A primeira é desmascarar os simplismos e acusações desmedidas que se endereçam a determinados autores e outra, mais fundamental, é ter a noção de que um autor não se finda em uma obra ou num momento. O livro *Vidal, Vidais* nos ajuda a conceber essa ideia. Nele, Haesbaert et al (2012) nos faz compreender a diversidade de momentos existentes na obra de La Blache. O trabalho de organização é feito em três partes concernentes às três perspectivas abordadas nesse resgate aos escritos vidalianos: da Geografia Humana, da Geografia Regional e da Geografia Política. Existe uma condensação de textos de La Blache que demonstram o bojo teórico que ele possuía em seus pensamentos, coisa suficiente para não reduzi-lo a um adjetivo: possibilista. Esse possibilismo era dado na possível influência mútua entre homem e meio, coisa essa de forte tipo de raciocínio que representava significativa reflexão crítica à época, mas que não é onde começa e termina a força de um autor desse escopo.

Outro exemplo dessa envergadura está em Ribeiro (2018) que alerta para a força da obra de Humboldt no atual momento do estado da arte da geografia. Por mais que o tempo e o materialismo histórico-dialético desmontem muitas das condições que autores colocam a disposição em seus escritos, outras coisas perduram e se agarram à parede da realidade, afinal de contas, os tempos mudam, mas não necessariamente todos os comportamentos do homem.

O que escolhemos não escolher

Mayhew *apud* Keighran et al (2012) aponta uma ideia muito importante, a decisão não do que escolhemos para construir a linhagem textual de uma fonte histórica, mas o que escolhemos ignorar. Ele aponta a diferença que Sauer e Hartshorne têm em suas obras para encontrar uma gênese da ciência geográfica. Enquanto Sauer enxerga isso na antiguidade clássica, Hartshorne a vê na Alemanha do século XVIII, eles utilizam de distintas linhagens textuais para estruturarem seus argumentos. Quando construímos um bojo teórico encravado sobre a obra de determinados autores estamos, invariavelmente, deixando outros de lado e nesse movimento existe esse princípio da escolha.

Existem diversos motivos do porquê de determinados autores serem esquecidos em alguns momentos da história do pensamento geográfico. Muito tem a ver com o supracitado movimento que Kuhn (2017) acusa na troca de paradigma, algo tem a ver com os movimentos de canonicidade, algo tem a ver com a colonização e a ideologia que perduram em um território, mas também tem algo a ver com a tradução. Ribeiro (2021a) discorre acerca da relação entre colonialidade e tradução em um aspecto muito pontual: os autores do centro do capitalismo não se preocupam em ser multilíngues. Não é só um movimento de colonialidade, mas também existe uma dificuldade no acesso às obras em si. Para o pesquisador na periferia do mundo, como no caso brasileiro, ele necessita do domínio da língua estrangeira, já que não existem determinadas obras em edição nacional.

A estruturação da sombra, daquilo que não inserimos no processo de pesquisa e escrita, é dado pela escolha do que direcionaremos como luz, ou seja, do que referenciamos. Isso é basilar. A questão é que, não necessariamente, algumas obras são ignoradas por não possuir força teórica, mas única e exclusivamente por não serem de fácil acesso, mesmo com as atuais possibilidades que a tecnologia promove. Um fator importante, ligado ao atual momento de democratização do conhecimento também deve ser salientado, a pirataria digital. O acesso às obras antigas, artigos pagos, a troca de documentos entre colaboradores on-line e todos esses movimentos de

reciprocidade de fontes é essencial a um processo decolonial de produção acadêmica.

O resgate dos cânones evita que autores novos surjam com discussões datadas como se fossem revolucionárias. O novo não deve ser construído sobre a destruição do anterior, essa destruição criativa não faz bem ao estado da arte na geografia, apenas enterra obras magníficas e as coloca sobre o véu do simplismo.

E o que escolhemos

Clássico é aquele trabalho que se calcifica na parede da história da disciplina e toma posição central no capital social que circunda determinado tema, algo que se entranha no imaginário coletivo dos seres que acompanham uma área de estudo. Calvino (2007) vê os clássicos como inesquecíveis, pontos que sempre são revisitados para que pensamentos brotem novamente da relação do leitor com a obra, pensamentos esses que são frutos da potência que a obra carrega.

A definição de clássico, para os sentidos dessa obra, são descritos da seguinte forma:

“Consideramos textos clássicos aqueles que exerceram um papel distintivo na formação da disciplina geografia e que permanecem intelectual ou pedagogicamente importantes; textos que falam ao seu próprio tempo, mas que também olham adiante; textos cuja mensagem transcende os estilos e tendências intelectuais passageiras” (Keighren et al, 2012, p. 5)

A história do pensamento geográfico é permeada de obras clássicas, que se mantêm poderosas em suas capacidades argumentativas. Corrêa (2011) elenca algumas delas na geografia brasileira, tais como: *Por uma geografia nova* (2008[1978]), *O espaço dividido* (2004), *A natureza do espaço: razão, técnica, tempo e emoção* (2008a[1996]), *A terra e o homem no Nordeste* (2005[1964]).

Ainda podemos citar obras como *Geografia da fome* (2001[1946]) ou *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária* (2007).

Existem outros exemplos de clássicos, fora da geografia brasileira, que podem ser mais bem enxergados na figura de seus autores do que em obras específicas, casos esses de Pierre Mombeig, Albert Demangeon, Yves Lacoste, Paul Claval etc. A preservação dos clássicos deve ser feita em comunhão com a dos cânones. Embora o esforço para manter essas obras e autores no imaginário da disciplina, ele é necessário, pois um cânone não se torna um apenas pela negligência e inacessibilidade, ele também pode fazer esse caminho pela simplificação e ela pode ser feita por um movimento muito simples, não os lendo. Muitas vezes as ideias de um clássico são passadas para a frente *ad infinitum*, mas não são lidos na fonte e, talvez, a maior defesa que o presente trabalho elenca é a da leitura das fontes primárias. Com o tempo algumas obras necessitam de reedições, prefácios encorpados, comentários de especialistas e isso só acrescenta ao estado da arte e, conseqüentemente, isso encorpa o bojo teórico da geografia.

Ler os clássicos é fundamental, coisa indiscutível é essa afirmação, mas então por que não ler os cânones também? Essas obras nem sempre estão defasadas como seus detratores e estigmatizadores propõem. Por que tomar a classificação de Ratzel por Febvre e não ir à fonte para ver se o estigma é real? Esse é o movimento que o pesquisador deve fazer, tornar *habitus* e clivar isso aos próximos geógrafos que virão.

Considerações finais

Ribeiro (2021), em sua conclusão, em uma análise sobre a obra de Keighen et al (2012), afirma:

“*On canonical geographies* não é uma defesa corporativa de um subcampo tido como primo pobre frente a ramos mais altivos como a geografia urbana ou a econômica, mas uma chamada crítica a ser ouvida no que se diz respeito ao aperfeiçoamento da formação profissional do geógrafo, por exemplo, além de uma defesa da historicidade dos

fenômenos espaciais contra um presentismo não raro superficial e pragmático” (Ribeiro, 2021, p. 7).

Esse trecho contribui com a ideia da necessidade de revisitar essas obras jogadas ao passado e tornadas datadas e complexadas por aqueles que a leram. Ao geógrafo cabe o papel de aprofundar os caminhos de sua ciência e isso não é uma tarefa apenas daqueles que trabalham sobre a perspectiva da história do pensamento geográfico, devemos sempre caçar nas areias do tempo os autores que foram negligenciados. Imaginar que a obra *O homem e a Terra*, de Dardel (2015) seria esquecida pelo tempo é quase um pecado, a capacidade do autor em seu conceito de geograficidade ficou esquecida por décadas até ser resgatada e encorpou, indiscutivelmente, as discussões sobre a paisagem. Dardel não configura um cânone, afinal, antes de sua incorporação nas discussões sobre paisagem e o aprofundamento analítico de sua perspectiva de geograficidade, ele não estava presente na constelação de autores que construíam um debate central no estado da arte da Geografia, mas seu exemplo serve para demonstrar como obras podem estar empoeiradas na prateleira da geografia esperando o momento de chacoalharem o *status quo* do pensamento geográfico. A leitura, renovada por outras perspectivas, dessas obras à margem da produção, ou que sofrem estigmas e simplificações, é fundamental na manutenção do avanço do pensamento geográfico e é isso que ressaltamos incansavelmente neste trabalho.

Ao final, deixamos como reflexão o poema de Ozymandias, de Percy Bysshe Shelley:

“Ao vir de antiga terra, disse-me um viajante:/ Duas pernas de pedra,
enormes e sem corpo,/ Acham-se no deserto. E jaz, pouco distante,/
Afundando na areia, um rosto já quebrado,/ De lábio desdenhoso, olhar
frio e arrogante:/ Mostra esse aspecto que o escultor bem conhecia/
Quantas paixões lá sobrevivem, nos fragmentos,/ À mão que as imitava
e ao peito que as nutria/ No pedestal estas palavras notareis:/ ‘Meu nome
é Ozimândias, e sou Rei dos Reis:/ Desesperai, ó Grandes, vendo as
minhas obras!/ Nada subsiste ali. Em torno à derrocada/ Da ruína
colossal, a areia ilimitada/ Se estende ao longe, rasa, nua, abandonada”
(Shelley, 2009, p. 41).

O mistério que circunda a figura desse “Rei dos Reis” é o que dá a potência da obra do poeta romântico inglês. A impotência do homem frente ao tempo e sua inexorável resistência a uma força cuja qual ele não pode combater é um dos centros da existência humana, mas diante da magnificência caída do Rei a pergunta fica: “Se o Rei dos Reis, sucumbiu ao tempo, por que os homens insistem em se banhar na vaidade e repetir tal erro?” Talvez se conhecêssemos a trilha que levou Ozymandias a sucumbir pudéssemos evitar que outros tivessem o mesmo destino. Sem a revisita aos cânones não redescobriríamos a força de autores como Ratzel, La Blache, Humboldt etc. Olhemos ao passado para, no presente, colocarmos as balizas que levarão ao futuro da ciência geográfica. Tentemos conhecer a história de Ozymandias para que não nasçam mais reis fadados ao esquecimento.

Referências

- ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**, São Paulo: Cortez, 2005.
- ANTUNES, T. H. C. S. Friedrich Ratzel e o determinismo geográfico: a construção de um estigma, **Espaço & Geografia**, v. 24, n. 1, p. 149-168, 2021.
- ARANTES, P. E., **Um Departamento Francês De Ultramar**, São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BOURDIEU, P., **Coisas ditas**, 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CALVINO, I., Por que ler os clássicos? São Paulo: Companhia de bolso, 2007.
- CASTRO, J. de. **Geografia da Fome**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CORRÊA, R. L. A. Quem são os clássicos da Geografia Brasileira? E por que lê-los? Entrevista com o Prof. Dr. **Espaço Aberto**, v. 1, n.1, p. 155-160, 2011.
- COSCIONI, F. J., Ellen Semple: Aspectos biográfico-intelectuais, **Terra Brasilis**, v. 10, p. 1–14, 2018.
- DARDEL, E., **O homem e a Terra**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GOULD, P., Geography 1957 – 1977: The augean period, **Annals of the Association of American Geographers**, v. 69, n. 1, p. 138–151, 1979.

- HAESBAERT, R., NUNES PEREIRA, S., RIBEIRO, G. **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- KEIGHREN, I. M., **Bringing Geography to Book: Ellen Semple and the reception of geographical knowledge**, U.K.: I.B.Tauris & Company, 2010.
- _____, I. M.; ABRAHAMSON, C.; DORA, V. della, On canonical geographies, **Dialogues in Human Geography**, v. 2, n. 2, p. 296–312, 2012.
- KUHN, T., **A estrutura das revoluções científicas**, 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- LACOSTE, Y., **A Geografia – Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer A Guerra**, Campinas: Papirus editora, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. de, **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**, São Paulo: FFLCH, 2007.
- RIBEIRO, G., Agents of translation and circulation of classics at the scientific periphery: The case of Brazilian journal GEOgraphia (1999-2019), **Terra Brasilis**, v. 15, p. 1–33, 2021a.
- _____, G., Alexander von Humboldt no século XXI, **Terra Brasilis**, v. 10, p. 1-6, 2018.
- _____, G., Descanonização e descolonização de clássicos e canônicos na geografia brasileira e internacional, **Terra Brasilis** v. 15, p. 1-10, 2021.
- _____, G., Geopolítica da língua francesa e colonialismo: O caso de “L’éducation des indigènes” (1897), de Paul Vidal de la Blache, **Terra Brasilis**, v. 11, p. 1–8, 2019.
- _____, G., Tradução e canonização na história da geografia: Dois momentos da recepção de Vidal de la Blache no Brasil, **Terra Brasilis** v.14, p. 1–11, 2020.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**, São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____, M. **O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**, São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, São Paulo: EDUSP, 2008.
- SHELLEY, P. B., **Ode ao Vento Oeste e outros poemas**, São Paulo: Hedra. 2009.

